

Violações e reparações

Histórias em movimento

Cristiane Mota Takata,¹ São Paulo
Maria José Tavares Barbosa Irmã,² São Paulo

Resumo: A partir do primeiro contato com o Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa (CPLP), duas analistas em formação revisitam a história desse evento, que, no contexto de ampliação dos debates sociais sobre relações raciais, vem ganhando importância para o movimento psicanalítico brasileiro. Neste artigo, atravessamos a cronologia do CPLP, permitindo-nos “brincar” com os temas de cada edição, em busca dos caminhos desse evento, de suas rotas cruzadas por nosso tempo e nossas culturas, em possíveis articulações entre as histórias do movimento negro e do movimento psicanalítico brasileiros diante da memória, em corpo e alma, da escravidão e do racismo em nosso país.

Palavras-chave: CPLP, memória, movimento psicanalítico brasileiro, relações raciais, branquitude

*No tempo possível,
talvez na chegada da noite enlutada
os frutos estranhos serão colhidos.*
(Lívia Natália, 2017)

Com a escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2009), lembramos o perigo de uma história única e o valor da circulação de histórias-muitas para trilharmos caminhos com alguma dignidade compartilhada. Falamos de histórias em seu sentido de investigação de acontecimentos, constatados e coletivizados, e não de seu aspecto narrativo, por vezes a serviço de distorções, negações, omissões e violações.

- 1 Psicóloga, membro filiado do “Instituto Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), presidente da Associação dos Membros Filiados (AMF) – gestão 2023-2025.
- 2 Psicóloga, membro filiado do “Instituto Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), representante da Associação dos Membros Filiados (AMF) no Projeto Virginia Bicudo, ABC, OCAL e IPSO – gestão 2023-2025.

Assim, ainda que o Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa já tenha sido tematizado em outras ocasiões, isso não diminui a importância de que ele seja (re)visitado e (re)contado com base em variadas perspectivas, sobretudo diante do desejo de que a psicanálise brasileira aporte sua parcela de contribuição para a superação de violações étnico-raciais.

Um congresso psicanalítico que promove intercâmbios entre países lusófonos tem a potência de formar um peculiar “prisma social” que, bem iluminado, fragmenta a história única, projetando distintos feixes reveladores dos desdobramentos sobre subjetividades e institucionalidades, colonizadas e colonizadoras.

Neste artigo, vamos atravessar a cronologia do CPLP permitindo-nos “brincar” – no sentido de estarmos abertas à elaboração, às transformações – com os temas de cada edição em busca de suas rotas, cruzadas por nosso tempo e nossas culturas, em possíveis articulações entre as histórias dos movimentos negro e psicanalítico diante da (des)memória da escravização e do racismo em nosso país.

1º Congresso Luso-Brasileiro – Portugal, 2005

Tema: Navegar é preciso, viver não chega: contribuições clínicas e constructos teóricos na prática

Entre os dias 27 e 29 de abril de 2023 aconteceu o 5º Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa (CPLP), em Salvador, Bahia, Brasil, realizado pela Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi) em parceria com a Sociedade Portuguesa de Psicanálise e profissionais de humanidades³ de países lusófonos do continente africano.

Prevista para 2020, a 5ª edição foi adiada devido às restrições necessárias ao enfrentamento da pandemia de covid-19, sendo realizada presencialmente apenas em 2023. Nessa nossa primeira participação no CPLP logo pudemos perceber que muitos dos abraços calorosos e dos sorrisos largos transcendiam o alívio pelo apaziguamento da pandemia e também expressavam a satisfação por um reencontro entre pioneiros.

3 Ainda não há sociedades psicanalíticas filiadas à International Psychoanalytical Association (IPA) em países lusófonos do continente africano.

Em muitas falas revelavam-se fios das memórias que tecem a história desse jovem congresso, que teve sua primeira edição em 2005, sediada em Lisboa, Portugal, ainda com o nome de Congresso Luso-Brasileiro.

Entre as vozes que manifestavam imensa satisfação pelo reencontro estava a de Ney Marinho, psicanalista com funções específicas no Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), que nos contou que a primeira edição do Congresso teve muito a ver com a solidariedade mútua assumindo-se o passado recente sob ditaduras, a salazarista em Portugal e a empresarial-militar no Brasil (comunicação verbal, setembro de 2023).

Em um vivaz e amoroso artigo, publicado em 2021, Ney e Fernanda Marinho registraram que outra inspiração para o CPLP estava nas tentativas de criação de uma comunidade lusófona no âmbito da política nacional dos anos 1950 e 1960.⁴

Encontrar as primeiras referências, para o núcleo idealizador do CPLP, no Brasil de meados do século 20 e no Portugal pós-salazarista chamou nossa atenção: o evento nasceu “lusó-brasileiro”, irmanando dois povos violados por ditaduras recentes, mas onde estavam e o que faziam os outros lusófonos, não-brancos, dessa história?

Foi assim que nos voltamos à trajetória do movimento negro, incluindo notórios psicanalistas, para evocar representações do passado pensadas com base em outros feixes de transformação histórica além da “história única”... esta, *ainda-sempre* disputando poder e dominação... *ainda-sempre* dispondo do apagamento do dissonante... *ainda-sempre* tornando árdua a tarefa de coletivização das memórias... e *nada-ainda* de um entendimento comum... e *nada-ainda* de uma sociabilidade humana na diversidade... nauseante maré *nada-ainda-sempre* navegada...

4 Iniciativas interrompidas, primeiro, pela renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República e, depois, pela instalação da ditadura empresarial-militar. Somente em 1989 foi fundado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), que viria a formalizar, em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, inicialmente congregando Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (informações disponíveis no site <www.cplp.org>).

2º Congresso Luso-Brasileiro – Brasil, 2007

Tema: Psicanálise e processos de mudanças: indivíduo, sociedade e cultura

As “aventuras náutico-mercantis” europeias, a invasão de Abya Yala⁵ e o processo de escravização de pessoas negras puseram em marcha uma longa história que atravessou o Império e a República, avançando sobre o século 20, com o “projeto brasileiro de nação” sempre em pauta: como estabelecer a tão sonhada identidade nacional aos moldes do europeu branco, autorreferenciado como superioridade biológica e moral, em um território majoritariamente povoado por indígenas, negros e mestiços?

O psiquiatra, baiano e negro, Juliano Moreira navegou esses mares, e em companhia de Freud! Precursor da difusão da psicanálise em nossas terras, introduziu as teorias freudianas na Faculdade de Medicina da Bahia, onde ingressou aos 13 anos de idade, tornando-se, em 1903, diretor geral de Assistência a Alienados, função que exerceu até a década de 1930. Também fomentou os estudos e debates sobre psicanálise na Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, particularmente interessado em desconstruir a associação entre sofrimento psíquico e mestiçagem étnica (Santos, 2020; Sorrentino, 2021).

Conforme a psicanálise ia sendo difundida no Brasil, a psiquiatria, enquanto institucionalidade, alinhou as ideias freudianas ao “projeto de nação”, seguindo o pensamento hegemônico da medicina higienista da Primeira República. As noções de Id, Ego e Superego, por exemplo, operavam para o controle do “não racional”, de modo que o instintual coincidissem com o “bárbaro”, encarnado no negro, no originário e no miscigenado, e o “civilizado”, sujeito universal, moldasse a branquidão como ideal (Sorrentino, 2021).

A experiência no atendimento aos encarcerados em “hospícios” permitiu a Juliano Moreira contrapor-se à racionalidade higienista, levando-o a sustentar que a mestiçagem não poderia explicar o que era produzido no âmbito da desigualdade sociorracial. Prevaleram, porém, as ideias desenvolvidas pelas ciências branco-hegemônicas, gradativamente associadas às noções socioeconômicas de evolução e progresso (Pereira, 2010; Sorrentino, 2021).

5 Abya Yala, “terra em plena maturidade” em idioma kuna (Panamá), é o nome dado por alguns povos originários ao território invadido e colonizado como “América” (Hernández e Jiménez, 2023).

A paulatina subordinação do capital mercantil ao capital industrial, atrelada ao mito da democracia racial, criou as condições para a racialização: a incontornável miscigenação passou de “degeneração” ao estatuto de “contribuição brasileira à civilização”, desde que, por meio da assimilação à ordem vigente, as pessoas pretas e mestiças “superassem”, nos termos da branquitude, os efeitos “residuais” do passado escravista (Pereira, 2010; Silva e Carneiro, 2023).

Foi assim que, no início do século 20, parte do movimento negro viveu um tempo de forte nacionalismo, quando não prosperavam ideias de resgate da história ancestral remetida ao continente africano. Lutava-se pela afirmação da identidade nacional, como “brasileiros negros”, apostando que a superação de um suposto “complexo de inferioridade” afastaria qualquer percepção de racismo e que a assimilação socioeconômica mitigaria os atrasos causados pela escravização.

Ainda hoje, tal “aposta” segue viva, sobretudo, em discursividades baseadas na ideia simplista de que “somos todos humanos e só precisamos de união e paz”, e, com isso, apagam-se os rastros históricos que nos permitiriam aprender (e não repetir) a constituição de nossa estrutura social racista e excludente.

Lembremos também que um dos slogans da ditadura empresarial-militar brasileira foi “Brasil: ame-o ou deixe-o!”. Fruto da cultura do “projeto de nação”, que instaura uma lógica na qual, por meio do apagamento de ancestralidades e do cerceamento de manifestações étnico-culturais, perpetua-se uma cruel forma de violação de direitos básicos à dignidade.

Estudos sociológicos do início do século passado, como os da socióloga e psicanalista negra Virginia Bicudo,⁶ fizeram algum contraponto a essa racionalidade. Demonstravam a impermeabilidade da organização social branca à mobilidade de pessoas racializadas, fornecendo subsídios para a organização política do que se convencionou chamar de movimento negro.⁷

Longe de um todo homogêneo, porque engendrado nas contradições típicas de nosso sistema socioeconômico, cruzado por fatores de raça,

6 Em *Estudos de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, tese elaborada por Virginia Leone Bicudo, tem-se uma das primeiras pesquisas científicas sobre as relações entre negros e brancos no contexto da São Paulo dos anos 1940 (Pereira, 2010).

7 A adoção do termo “movimento negro”, no singular, aponta para sua especificidade: o significante “negro”, conforme defende Lélia Gonzalez (1983), ainda que haja grande diversidade ideológica e prática nas ações organizadas pelos diversos agrupamentos pelas causas negra e antirracista.

gênero e classe, o movimento negro brasileiro, desde o princípio, assumiu frentes de luta e ideologias diversificadas. Assim, ainda nos anos 1930, enquanto a Frente Negra Brasileira (FNB) guiava-se por ideais nacionalistas, uma dissidência dela, a Frente Negra Socialista, movimentava-se em busca da construção de uma rede transnacional para ações articuladas contra o Racismo (Pereira, 2010; Santos, 2018).

Somente no início da década de 1960 uma importante inflexão começou: a noção de “raça” passou a ser gradativamente compreendida como construção política e social, “uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (Hall, 2003, citado por Pereira, 2010, p. 36).

Essa inflexão intensificou a valorização da cultura, da política e da identidade negras, ampliando o escopo de reivindicações, agora com vistas à reavaliação e ao restabelecimento do papel do negro na história do Brasil. Exemplo marcante disso é a proposição, no início dos anos 1970, em plena ditadura brasileira, do 20 de novembro (morte de Zumbi dos Palmares) como data de celebração substitutiva ao 13 de maio, num gesto de denúncia do racismo e renúncia ao protagonismo branco na história.

Entre, de um lado, as ideias de branqueamento sustentadas pelo mito da democracia racial e, de outro, a consciência da negritude por meio da afirmação de uma identidade positivada, podemos reconhecer a força da concepção de diáspora como importante organizador para o movimento negro:

Como uma alternativa à metafísica da “raça”, da nação e de uma cultura territorial fechada, codificada no corpo, a diáspora é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Uma vez que a simples seqüência dos laços explicativos entre o lugar, posição e consciência é rompida, o poder fundamental do território para determinar a identidade pode também ser rompido. (Gilroy, 2001, citado por Pereira, 2010, p. 66)

Por essa via foi possível vislumbrar o enfrentamento do essencialismo racial por meio de uma maior valorização da experiência de troca entre populações da diáspora negra, não só pela resistência à escravização e à perseguição, mas também com a recuperação e ressignificação das memórias e corporeidades fora de um registro racializado.

É nesse lastro histórico que Ney e Fernanda Marinho viajaram pela primeira vez ao continente africano, primeiro em 2009 e depois em 2013, dessa vez acompanhados por integrantes da Comissão de Intercâmbio SBPRJ/ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Descrevendo as fortes impressões com base em suas vivências intelectuais e afetivas em território africano, os autores apontam:

o que nos moveu foi sempre a paixão, no caso, a de resgatar um convívio que nos fora por muitos anos negado, principalmente pela ditadura brasileira que se aliava ao salazarismo e via qualquer aproximação com os intelectuais e pensadores africanos como um ato subversivo. (Marinho & Marinho, 2021, p. 123)

Se naqueles tempos a paixão coloria o tão sonhado encontro com o continente africano, suscitando um Brasil identificado com outros “colonizados”, agora *as histórias e memórias negras contam que, entre indivíduo, sociedade e cultura, há mais traços da identificação com o colonizador do que julga nossa vã neutralidade...*

3º Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa – Portugal, 2016 Tema: Violência, memória, identidade

Após o 2º Congresso Luso-Brasileiro, o grupo idealizador do CPLP seguiu trabalhando para consolidar o intercâmbio psicanalítico entre países lusófonos. De 2009 a 2013, passando por Moçambique, Angola, China e Cabo Verde, foram realizados encontros e congressos organizados pela Comissão de Intercâmbio SBPRJ/CPLP em parceria com representações de Estado, universidades e associações profissionais (Marinho & Marinho, 2021).

Foi somente em 2016 que a Febrapsi, com Daniel Delouya na Presidência, Ney Marinho na Diretoria Científica e Cíntia Xavier de Albuquerque na Diretoria de Comunidade e Cultura, concretizou o então rebatizado Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa, tomado como terceira edição em consideração ao caráter pioneiro dos dois primeiros Congressos Luso-Brasileiros.

Em Lisboa, foi nesse 3º CPLP que se estabeleceu o atual modelo bienal, com a afirmação do rodízio de sedes entre Portugal, países lusófonos de

África e Brasil, possibilitando a seu grupo fomentador testemunhar a concretização de um compromisso havia muito desejado:

procuraríamos sempre nos esforçar para que todos os países que compõem a CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, sendo Macau/China um permanente convidado) estivessem representados; as mesas fossem sempre multidisciplinares, com a participação de um psicanalista; a atividade clínica tivesse um lugar reservado aos profissionais de saúde mental; e a cultura do país anfitrião fosse apresentada e prestigiada. (Marinho & Marinho, 2021, p. 125).

Daniel Delouya, membro efetivo com funções didáticas na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), contou-nos que a retomada do CPLP pela Febrapsi não se deu sem obstáculos: as negociações com entidades psicanalíticas levaram cerca de um ano e meio até que a 3ª edição se concretizasse. Não nos parece desimportante citar que um dos principais entraves para a retomada do CPLP, conforme mencionado por Delouya, tenha sido a preocupação sobre os custos envolvidos numa produção dessa escala: “quanto isso custaria às instituições federadas?” (comunicação oral, agosto de 2023).

À primeira vista, podemos pensar que tal preocupação restringe-se a um “cuidado administrativo”, já que, na tradição liberal, nos acostumamos a tomar a ideia de que “nenhum almoço é de graça” como expressão de uma suposta responsabilidade econômico-patrimonial. Também podemos pensar, porém, que, ainda que em escala microssocial, as instituições psicanalíticas reproduzem uma lógica hegemônica na qual as relações de raça e classe se entremeiam e os interesses econômicos da branquitude se impõem, dando continuidade às dinâmicas de exclusão de determinados grupos sociais (Silva e Carneiro, 2023).

É nessa intersecção entre racialização e classe econômica que pensamos o hiato de 9 anos para uma lenta consolidação até a realização do 3º CPLP como pequena ilustração do que Bispo, Araujo e Silva (2023) delinham como um “tempo lógico” no qual pensamentos e ações de figuras relevantes dos movimentos negro e psicanalítico não se encadeiam linearmente, mas são dependentes de conjunturas sociais mais amplas e intrincadas, tornando os avanços mais lentos e tortuosos. Em outras palavras, sob essa lógica excludente, o que não interessa à classe dominante pode esperar ou mesmo nunca ser pautado.

Nesse sentido, Virginia Bicudo estaria, para os movimentos negro e psicanalítico, num tempo de antecedência e precedência. Sendo, na América do Sul, a primeira mulher a vivenciar o processo de análise pessoal, inaugurou a psicanálise brasileira, mas foram necessárias três décadas de paulatina ampliação e organização política do movimento negro como um todo, até que as primeiras produções psicanalíticas sobre racismo começassem a ganhar discreta visibilidade (Musatti-Braga, 2015; Bispo, Araujo & Silva, 2023).

Neusa Santos Souza, na década de 1980, seria representante desse processo num “primeiro tempo”: o da efetiva presença de psicanalistas no movimento negro brasileiro. Resgatando Frantz Fanon, desenvolveu um consistente trabalho clínico-teórico que apontava como o colonialismo circunscrevia a alienação do negro ao Ideal do Eu branco.

A experiência à frente do grupo de ouvidores de vozes que ela inaugurou, na década de 1990, permitiu desenvolver seu vigoroso trabalho sobre as psicoses. Demonstrava que o sofrimento psicótico não equivalia a uma completa passividade do sujeito e que, por isso, sua escuta permitia capturar oportunidades de laço social. Com isso, legou-nos reconhecer um lugar para o psicanalista na instituição de saúde mental, mas, sobretudo, no coletivo das lutas antirracista e antimanicomial (Bispo, Araujo & Silva, 2023).

Cronologicamente contemporânea, mas conjunturalmente distinta, a produção de Lélia Gonzalez marca um “segundo tempo”, simultâneo, que permitiu vislumbrar a produção diaspórica negra não exclusivamente como resistência, mas como positivação, como transmissão dos saberes e modos de vida, a despeito dos dispositivos de silenciamento e denegação empregados pela branquitude.

Enquanto Neusa Santos Souza dissecava os efeitos do colonialismo branco sobre o inconsciente negro, Lélia Gonzalez debruçava-se sobre o que escapa à dominação, sobretudo pela subversão da linguagem, dando-lhe estatuto de intervenção política. A base de sua produção está na investigação dos efeitos do retorno do recalcado apoiada na negação do racismo. Por exemplo, sua proposta de “nega-ativa” representando nossa “mãe preta”, subverte a posição da mulheridade negra, aquela que, de fato, exerce a função materna na nossa cultura (Bispo, Araujo & Silva, 2023).

Nesse período de ricas produções realizadas por psicanalistas negras também localizamos a emergência da ideia de que o “complexo de inferioridade” não é uma fantasia da pessoa preta, conforme preconizado por Virginia Bicudo, 40 anos antes, sendo o racismo um mecanismo concreto de

favorecimento dos brancos, e não apenas um resquício do passado escravista (Pereira & Pereira, 2021).

Esses são alguns fios históricos que, entremeados, legam aos anos 2000 uma rede ampliada e diversificada de meios de tensionamento por distribuição de poder, questionando a hegemonia e as configurações socioeconômicas forçadas pela branquitude, cujo marco foi, e continua sendo, a luta por ações afirmativas (Pereira & Pereira, 2021).

Embora seja típico da branquitude acusar um suposto “excesso de politização” e “radicalismo” como entraves às negociações por equidade de direitos, o processo de luta por ações afirmativas é, possivelmente, um exemplo paradigmático de que a produção de conhecimento não prescinde da organização política.

No campo da institucionalidade psicanalítica, por exemplo, mesmo com importantes desenvolvimentos teórico-clínicos vinculando sofrimento psíquico, racismo e organização socioeconômica, consolidando-se há um século, desde os precursores Virginia Bicudo e Juliano Moreira, é somente no início dos atuais anos 2020 que o fortalecimento da articulação diaspórica do movimento negro alcança condições mais favoráveis para convocar as instituições de formação a moverem-se em direção a uma reconfiguração que comporte a maior presença de pessoas não-brancas em seus quadros.⁸

*em uma mão, o remo da memória,
na outra, o da identidade,
navegando contra a violência
da maré nada-ainda-sempre...*

4º Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa – Cabo Verde, 2018 Tema: Rotas da escravidão

As rotas da escravidão, 130 anos após sua abolição formal, levaram o CPLP, pela primeira vez, ao continente africano. Entre as incontáveis histórias que cabem em 130 anos estão aquelas que mostram a sucessão de, ao

8 Atualmente, entre as sociedades psicanalíticas brasileiras filiadas à IPA, apenas três delas têm, já implementados, programas de ações afirmativas para ingresso de pessoas não-brancas em seus institutos de formação. São elas: SBPRJ, SBPDEPA e SBPRP (Palazzo, Cidade e Froimtchuck, 2021).

menos, quatro gerações de psicanalistas negros que constituíram a si e a suas produções teórico-clínicas sustentados pelo longo processo de articulações político-culturais do movimento negro brasileiro, mas às margens do movimento psicanalítico institucionalizado.

Nesse âmbito, o século 20 transcorreu sob o processo que Musatti-Braga (2015) nomeou como “o silêncio da psicanálise”, promotor de um duplo apagamento, seja da negritude como temática, seja do protagonismo negro em produções autorais.

Assim, de Juliano Moreira e Virginia Bicudo a Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez e, também, Isildinha Baptista Nogueira⁹ e Maria Lúcia da Silva,¹⁰ ainda que tenham, sistematicamente, produzido conhecimento psicanalítico sobre as configurações e consequências do racismo constituinte do tecido social brasileiro, só a partir dos anos 2000 começaram a ter suas trajetórias e obras resgatadas e, gradativamente, inseridas no campo de estudos psicanalíticos brasileiros.

Interessa-nos levar em consideração que o descompasso entre o tempo dos avanços do movimento negro e o tempo do enfrentamento do racismo nas instituições psicanalíticas tem importante consequência para a produção teórico-clínica e formação de todos os analistas, negros ou não.

Conscientes dessa “cadência lentificada” podemos melhor compreender, então, o contexto no qual Ignácio Alves Paim Filho, membro pleno do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre, da SBPDEPA, registrou seu “testemunho de um afro-brasileiro”, logo após retornar de sua participação no 4º CPLP:

Diante desta vivência ominosa – dor do encontro com o assassinato da alma dos filhos da mãe África, com seus desdobramentos tanáticos na identidade do negro brasileiro –, percebeu o masoquismo guardião da vida, operando seu efeito transformador. Testemunho que revela a escravidão que me constituiu. Esse processo do enfrentamento com o estrangeiro das minhas origens provoca um efeito libertador e a expectativa de romper com os imperativos do serviço involuntário e voluntário, com seus ritos de autossacrifício.

9 Autora da célebre tese de doutorado, defendida na USP em 1998 e publicada pela Editora Perspectiva em 2021, finalmente com o título conforme inicialmente concebido, *A cor do inconsciente – significações do corpo negro*.

10 Fundadora do Instituto AMMA Psique e Negritude e organizadora do evento que resultou na coletânea *O racismo e o negro no Brasil: questões da psicanálise*, publicada em 2019 pela Editora Perspectiva.

Memória resgatada, temporalidade instaurada: fator indispensável para se estabelecer a ligação entre o passado, o presente e o futuro. Aquisições que geram condições para reescrever a história sob outra perspectiva. O estigma narcísico da lógica escravocrata de ontem e de hoje sofre uma solução de continuidade. (Paim Filho, 2018, pp. 1-2)

Depreende-se desse relato que Paim Filho acessou mais profundamente algo essencial de sua existência, a sua negritude, principalmente a partir do encontro com sua “Mãe África”. Mais do que um relato pessoal comovente, ilustra uma consequência direta do atraso do movimento psicanalítico em relação ao enfrentamento do racismo, levando-nos a questionar as consequências teórico-clínicas e sociais de formações psicanalíticas que passam ao largo desse aspecto central da sociabilidade brasileira.

Por isso, talvez não seja um exagero considerar que a experiência relatada por ele, à primeira vista muito pessoal, seja uma contribuição importante para a reconfiguração do movimento psicanalítico brasileiro, na medida em que os anos 2020 começam com uma convocação mais contundente da sociedade em geral para o debate sobre o acesso de pessoas não-brancas à formação psicanalítica.

Some-se a esse processo o trabalho da psicanalista negra Wania Maria Coelho Ferreira Cidade, atualmente exercendo a presidência da Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL), à frente do Conselho Diretor 2022-2024, que vem ampliando as ações institucionais de enfrentamento do racismo. Luta iniciada ao menos 10 anos antes, quando, ao lado de Pedro Gomes, Ney Marinho e Lucia Palazzo (SBPRJ), começou a introduzir o tema do racismo no ambiente psicanalítico, alertando sobre a ausência de pessoas negras nos institutos de formação (Palazzo, Cidade & Froimtchuk, 2021).

Ao citar Paim Filho e Wania Cidade, ilustramos o tempo histórico do movimento negro contemporâneo, marcado, agora, pelo protagonismo e a autonomia para uma verdadeira agência negra, “a partir da capacidade de agir por si, intencionalmente visando transformações estruturais” (Pereira & Pereira, 2021, p. 43).

Nesse tempo histórico emergem, como elementos centrais do debate, a necessidade de uma renovação epistemológica ampliada para além das racionalidades brancas, eurorreferenciadas, e o questionamento da relação sujeito-objeto em seu aspecto de subalternização, com aportes dos estudos

pós-colonialistas e afrocentrados que apontam a assimetria racial como sustentáculo do racismo.

Bahnung!

Bahnung!

Virão desconfigurar

as persistentes rotas da escravidão?

5º Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa – Brasil, 2023 Tema: Escravidão e liberdade: travessias do corpo e da alma

Em fevereiro de 2020, Wagner Vidille e Wania Cidade, então, respectivamente, presidente e diretora de Comunidade e Cultura da Febrapsi, anunciavam a realização do 5º CPLP, vislumbrando um passo adiante a partir da experiência vivida na edição anterior, na qual foi possível pensar a diáspora negra e suas consequências no âmbito da saúde mental.¹¹

Desde então, nossa história cruzou-se com a do CPLP. Nosso interesse por ele nasceu da confluência de dois fatores: primeiro, pelo contato com pioneiros idealizadores do Congresso, que nos contagiaram com sua paixão, despertando o desejo de contribuirmos para que siga sendo um dos eventos mais potentes na agenda da psicanálise lusófona.

Segundo, porque, a despeito das melhores intenções individuais, apesar de o evento ser pensado e realizado por pessoas historicamente comprometidas com a justiça social, nem mesmo esse grupo ficou imune aos atravessamentos da branquitude, levando-nos a testemunhar, durante o Congresso, “ao vivo e *nas cores*”, o caráter de fenômeno social do racismo e seus dispositivos violentos, que transcendem as individualidades.

Em outro lugar, refletimos mais detidamente sobre o que consideramos “atos violentos”, emergentes durante o 5º CPLP (Irmã e Takata, 2023), bastando aqui ponderar que, tal como o entendemos, o racismo que queremos combater não é aquele que emerge em um único ato individual, mas sim o que permeia toda a nossa sociabilidade e torna-se tão “natural” que nem sequer é percebido como tal pela branquitude.

11 Mais informações na página do Congresso, no site da FEPAL. Disponível em: <<https://www.fepal.org/5o-congresso-de-psicanalise-em-lingua-portuguesa-das-rotas-da-escravidao-as-travessias-da-alma/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

Nesse sentido, o inaudível do nosso tempo não se restringe à (des) memória do horror escravista. O “silêncio da psicanálise” ainda cala e não escuta as atuais, atualizadas e atuantes manifestações da branquitude, enquanto classe e dinâmica sociais. Branquitude pouco disposta a reconhecer e abrir mão, coletivamente, de seus privilégios, reproduzindo os dispositivos sociais de exploração do outro e de satisfação material e simbólica de que usufrui.¹²

Essas reflexões intensificaram-se enquanto transitávamos pelo cenário estendido do “nosso” CPLP, aquele que ia além do espaço onde ocorreram as palestras e debates. Em Salvador, circulamos entre o elegante hotel que hospedava o evento e as ruas “das cidades”, a Alta e a Baixa. Divisão? Não. Diariamente, por uma janela, fitávamos o horizonte, ensolarado, vivo e colorido, da Baía de Todos os Santos. Tempo e espaço deformavam-se. Passado e presente se amalgamavam quando imaginávamos o que teriam sentido os colonizadores quando avistaram aquela terra e o que teriam sentido nossos ancestrais quando viram as naus vindas das águas que pareciam infinitas.

Divisão? Sim. As peles mais retintas surgiam pelas ruas quentes, enfiadas em uniformes subalternos, nos pedindo algo para comer, se arriscando, por entre carros, num andar solitário, errático, trôpego e delirante, dormindo nas calçadas. Mas essas mesmas peles retintas sorriam, dançavam e, principalmente, contavam, com vivacidade e acurácia, histórias do nosso povo, desse coletivo do qual também fazemos parte.

De volta ao ar-condicionado e às luzes frias do hotel, do que aquelas pessoas estavam falando, mesmo? Por que não estávamos falando ali sobre nossa branquitude e seu papel, específico, na produção do racismo? Por que o “espanto” diante da proeminência de ideias vinculando racismo, escravidão e liberdade ganhou voz exatamente por meio de uma pessoa branca e europeia?

O que pode se esconder nas “áreas de sombra” de nossos settings e processos contratransferenciais quando acreditamos ser possível abordar a cultura indiretamente, “neutramente”, seja por um viés estético ou assistencial? É possível a escuta sensível dos acontecimentos da vida, passando ao

12 Tomemos como ilustração, no âmbito das lutas feministas, a contradição da equidade de gênero reivindicada por mulheres brancas que ainda submetem mulheres não-brancas, encarnadas sobretudo nas figuras das trabalhadoras domésticas e babás, à condição de reprodutoras do complexo de atividades e relações que sustentam o sistema de exploração neoliberal (Federici, 2009)

largo dos atravessamentos do campo social em cada um de nós e em nossas instituições?

Desviando dos processos de subjetivação branca, acabamos por insistir em tomar o sujeito negro/não-branco como objeto subalterno e tendemos a ignorar e silenciar a nossa própria experiência de branquitude, restando abordar o racismo nos registros da tutelação, da fetichização, do temor de retaliação, da culpa, por vezes solucionados com uma autoindulgência que não enfrenta a (re)produção das racionalidades da branquitude:

Por mais que haja quem creia que “inconsciente não tem cor” ou que “psicanálise não se ocupa com raças ou quaisquer outros atributos identitários”, o fato de estarmos embrenhados em uma civilização intrinsecamente violenta e racista faz com que a isenção leve tendencialmente (quase inexoravelmente) à colaboração. Ou seja: quem não se ocupa com o lastro racista e violento de nossa civilidade estará fadado a reproduzi-la em seu dia a dia. (Franco, 2020, p. 121)

corpos atravessados...
almas escravizadas...
Do que ainda não
conseguimos nos livrar?

6º CPLP? Portugal? 2025? Porvir...

Quando Nogueira (2023) pontua que, atualmente, no âmbito da IPA apenas 2% de seus analistas são negros, o questionamento de Kwame Yonatan Poli dos Santos (2020) torna-se ainda mais contundente: as relações étnico-raciais são uma questão para a psicanálise?

Parece-nos que sim. Não só em relação à qualidade de nossa produção teórico-clínica que ainda “desconsidera a importância estruturante das relações raciais na constituição subjetiva” (Santos, 2020, p. 11), como também na manutenção da lógica excludente sempre que as instituições psicanalíticas recusam a relação intrínseca entre desigualdade social e racismo estrutural.

No cruzamento desses fatores, nossas instituições reproduzem os elementos centrais da violência racista e dos privilégios da branquitude, seja no

campo simbólico, pela incapacidade de trabalharmos, desde o principal eixo formativo (a análise pessoal), os processos psíquicos relacionados à produção de subjetividades não-brancas, seja no campo material, pela sustentação do modelo neoliberal de reserva de mercado, elitização, hierarquização institucional “ritualística” sob uma pretensa preservação da tradição, da excelência e do mérito individual, sem a devida atenção crítica ao caráter de dominação colonial aí implicado (Mongeló, 2021; Bispo, Araujo & Silva, 2023).

Mas não só! Distraindo-nos com a ideia de um utópico retorno massivo dos analistas brancos ao divã, escapa de nós a compreensão de que nem mesmo isso prescindiria da realização coletiva de ações concretas, a começar pela reorganização de nossas instituições, reformulando currículos, enriquecendo produções teórico-clínicas com epistemologias não-euroreferenciadas e povoando seus espaços com corporeidades não-brancas, não apenas por meio de ações afirmativas voltadas a analistas em formação, mas também atribuindo posições didáticas e de gestão institucional aos já bem estabelecidos psicanalistas brasileiros não-brancos.

Nesse ponto da reflexão, costuma-se chegar a um entremeado: alguns fios nos levam às investigações sobre os aspectos psíquicos que dão sustentação ao racismo (“a branquitude que habita cada um de nós”), outros enveredam por seu aspecto de produção social (a reprodução objetiva e subjetiva da estrutura hegemônica branca).

Dissemos entremeado, não bifurcação! Assim, não há que se tomar um ou outro caminho: aí mesmo talvez resida o grande desafio do nosso tempo histórico. Como escapamos à captura pela rede das defesas narcísicas, da responsabilização individual ou microinstitucional? Ao mesmo tempo, como escapamos à relativização e à desimplicação que põe as transformações, necessárias e urgentes, somente “na conta” das macroestruturas?

Individualizar o debate, colocando sob vigilância e escrutínio o indivíduo racista, parece-nos improdutivo e perigosamente beligerante, porque, em última instância, flerta com a utopia na qual a elaboração das tendências narcísicas ao preconceito seria a única forma de criarmos novos pactos de convívio social. Daí surge também a semente da noção de sujeito universal, em nome do qual se praticam as mais variadas e execráveis formas de violação.

Entendemos que indivíduos antirracistas não bastam para a superação do racismo e, nisto, temos muito a aprender com as longas e sábias histórias do movimento negro e das alianças dos povos originários. Sem um

enfrentamento coletivo e estrutural, estaremos assombrados pelo medo da alteridade e, encurralados, tenderemos à defesa em forma de violações.

Também lembramos que é um privilégio de cor e de classe dispor de tempo. Alteridades marginalizadas vivem sob regime de urgência que nada tem a ver com voracidade ou vingança, mas sim com sobrevivência. Por isso, apelar à paciência, sobretudo quando, historicamente, essa temporalidade não tem a ver com a maturação da mudança, mas com um conveniente imobilismo, equivale a sacrificar incontáveis vidas, impedidas de usufruir de suas potências criativas e transformadoras, das quais todos, enquanto coletividade, poderíamos nos beneficiar.

Violaciones y reparaciones: historias en movimiento

Resumen: Desde su primer contacto con el Congreso de Psicoanálisis en Lengua Portuguesa (CPLP), dos analistas en formación revisan la historia de este evento, que, en el contexto de los crecientes debates sociales sobre las relaciones raciales, viene ganando importancia para el movimiento psicoanalítico brasileño. En este artículo, recorremos la cronología del CPLP, permitiéndonos “jugar” con los temas de cada edición, en busca de los caminos de este evento, sus rutas atravesadas por nuestro tiempo y nuestras culturas, en posibles articulaciones entre las historias del movimiento negro y del movimiento psicoanalítico brasileño frente a la memoria, en cuerpo y alma, de la esclavitud y el racismo en nuestro país.

Palabras clave: CPLP, memoria, movimiento psicoanalítico brasileño, relaciones raciales, blanquitud

Violations and reparations: histories in movement

Abstract: From their first contact with the psychoanalysis in the Portuguese Language Congress (CPLP), two analysts in training revisit the history of this event, which, in the context of an expansion of the social debates on racial relations, has been gaining importance for the Brazilian Psychoanalytic Movement. In this article, we go through the CPLP’s chronology, allowing us to “play with” the themes of each edition, in search of the paths of this event, its routes crossed by our time and cultures, in possible articulations between the histories of the black movement and the Brazilian psychoanalytic movement facing the memory, in body and soul, of slavery and racism in our country.

Keywords: CPLP, memory, Brazilian psychoanalytic movement, racial relations, whiteness

Violations et réparations : histoires en mouvement

Résumé : Dès leur premier contact avec le Congrès de Psychanalyse en Langue Portugaise (CPLP), deux analystes en formation revisitent l'histoire de cet événement, qui, dans le contexte de l'expansion des débats sociaux sur les relations raciales, gagne en importance pour le mouvement psychanalytique brésilien. Dans cet article, nous parcourons la chronologie de le CPL, nous permettant de "jouer" avec les thèmes de chaque édition, à la recherche des chemins de cet événement, de ses itinéraires parcourus par notre époque et nos cultures, dans des articulations possible entre les histoires du mouvement noir et du mouvement psychanalytique brésilien face à la mémoire, corps et âme, de l'esclavage et du racisme dans notre pays.

Mots-clés : CPLP, mémoire, mouvement psychanalytique brésilien, relations raciales, blancheur

Referências

- Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma história única* (J. Romeu, Trad.). Companhia das Letras.
- Bispo, F. S.; Araujo, M. M. C. & Silva, B. O. R. (2023). Contribuições psicanalíticas sobre o racismo brasileiro: uma história feita por mulheres negras. *Humanidades & Inovação*, 10(4), 251-263.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante.
- Franco, W. (2020). A branquitude na práxis clínica de um homem branco. *Boletim Formação em Psicanálise*, 28, 119-131.
- Gonzalez, L. (1983). Por um feminismo afro latino-americano. *Zahar*.
- Hernández, D. T. C. & Jiménez, M. B. (Orgs.) (2023). *Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas*. Elefante.
- Irmã, M. J. T. B. & Takata, C. M. (2023). Onda negra, medo branco em território psicanalítico. *Observatório Psicanalítico*, 420. <<https://Febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-420-2023/>>
- Marinho, N. & Marinho, F. (2021). A psicanálise em língua portuguesa: marcos da história, estórias e impressões. *Bergasse 19*, 11(1), 117-129.
- Mongeló, A. B. C. (2021). Branquitude, esse Unheimlich que nos habita. *Trieb*, 20(2), 61-70.
- Musatti-Braga, A. P. (2015). *Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras*, 288 f. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Nogueira, E. G. F. (2023). Sobre silenciamento. *Bergasse 19*, 13(1), 125-134.

- Paim Filho, I. A. (2018). Rotas da escravidão – um estranho retorno. *Observatório Psicanalítico*, 75. <https://Febrapsi.org/publicacoes/observatorio/rotas-da-escravidao-um-estranho-retorno/>
- Palazzo, L. M. A.; Cidade, W. M. C. F. & Froimtchuk, R. L. (2021). Entrevistas. *Jornal de Psicanálise*, 54(101), 181-189.
- Pereira, A. A. (2010). “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- Pereira, A. & Pereira, V. (2021). Miradas sobre o poder: a nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2006). *Revista Brasileira de História*, 41(88), 33-56.
- Santos, R. E. (2018). O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. *Kwanissa*, 1(1), 139-153.
- Santos, K. Y. P. (2020). Relações raciais: uma questão para a psicanálise? *Revista de Artes Visuais*, 25(44).
- Silva, M. H. F. & Carneiro, M. E. F. (2023). As relações racializadas na sociedade brasileira neoliberal e neoconservadora. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 5(4), 315-326.
- Sorrentino, A. K. C. A. (2021). Juliano Moreira: o primeiro divulgador da psicanálise no Brasil e a contraposição com o projeto nacional. *ANPUH – 31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro.

Cristiane Mota Takata
cris.takata@gmail.com

Maria José Tavares Barbosa Irmã
mari.bmari@hotmail.com

Recebido em: 19/10/2023

Aceito em: 30/10/2023